



**MPV 759**  
**00433**

EMENDA Nº  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA

\_\_\_/\_\_\_/2017

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759, DE 2016

### TIPO

1 [ ] SUPRESSIVA 2 [ ] AGLUTINATIVA 3 [ ] SUBSTITUTIVA 4 [ ] MODIFICATIVA 5 [x] ADITIVA

AUTOR DEPUTADO (A). PAULO TEIXEIRA	PARTIDO PT	UF SP	PÁGINA
<p>Art. 15. Para obter gratuitamente a concessão do direito real de uso ou a propriedade plena do imóvel, o interessado deverá requerer junto à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a Certidão Autorizativa da Transferência para fins de Reurb-S - CAT-Reurb-S, a qual valerá como título hábil para a aquisição do direito mediante o registro no cartório de registro de imóveis competente.</p> <p>Parágrafo único. Efetivado o registro da concessão do direito real de uso ou da transferência da propriedade plena, o oficial do cartório de registro de imóveis, no prazo de trinta dias, notificará a Superintendência do Patrimônio da União no Estado ou no Distrito Federal, informando o número da matrícula do imóvel que deverá ser cadastrado no seu Registro Imobiliário Patrimonial - RIP, o qual deverá constar a CAT-Reurb-S.</p>			

### JUSTIFICAÇÃO

A ausência de previsão legal para concessão de direito real de uso dos imóveis inalienáveis da União gera insegurança jurídica, pois a maioria dos imóveis da União ocupados por população de baixa renda estão em terrenos de marinha e marginais de rios federais, portanto, áreas inalienáveis onde a propriedade plena não pode ser regularizada, mas sim ser outorgada a concessão do direito real de uso.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
DATA

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA



CD/17594.55808-89